Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



Chorar sobre as desgraças passadas é a maneira mais segura de atrair outras.

William Shakespeare

Conselho de Meio Ambiente aprova criação do bairro Jóquei Clube

Reprodução



O Conam, órgão ligado à Secretaria de Meio Ambiente do DF, aprovou ontem o projeto de parcelamento que cria o Setor Habitacional Jóquei Clube, durante reunião plenária no auditório da Fibra. Foram 20 votos a favor e duas abstenções. Agora, segue para apreciação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan), fase final de aprovação pelo poder público. A previsão é que o órgão delibere sobre o novo bairro até junho. Se for aceito, tornará possível a licitação pública para a venda dos lotes que vão compor o setor.

Capacidade populacional

A proposta em exame pelo poder público cria um bairro que ocupará 272 hectares na região que fica em frente a Vicente Pires, entre a Estrada Parque Taguatinga e Guará (EPTG) e a Estrutural. Poderá receber 55 mil habitantes, distribuídos em aproximadamente 16 mil unidades habitacionais.

R$ 1,6 milhão

É o valor investido pela Ademi no projeto urbanístico doado ao GDF

Imóveis residenciais e comerciais

Ao governo local, caberá realizar a licitação pública e prover a infraestrutura e licenciamento ambiental. Serão oferecidos imóveis residenciais econômicos, de médio e alto padrões para atender os diversos perfis da população, assim como unidades comerciais para contemplar vários segmentos econômicos.

Divulgação



Moradias regularizadas

"Foi dado mais um passo importante para tornar possível a criação do novo bairro, iniciativa que terá impacto positivo sobre a economia do Distrito Federal, oferecendo mais opções de moradia regular para a nossa população", comentou o presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF), Eduardo Aroeira.

Nova lei de licitações na pauta das empresas

Marília Lima/CB/D.A Press



O escritório Costa Couto Advogados, do ex-presidente da OAB/DF, Juliano (**foto**), e a Federação Nacional de Vigilância e Transporte de Valores (Fenavist) promovem amanhã palestra sobre a nova Lei de Licitações, na sede da entidade. Apesar de sua utilização só ser obrigatória a partir do ano que vem, as empresas devem se adequar às novas modalidades, prazos e regras. "Estarem familiarizadas com os novos conceitos será um diferencial para as empresas", afirma Costa Couto, que também fará palestras específicas para o setor da Tecnologia da Informação.

Duas referências para o mesmo tema

A nova lei nacional de Licitações, a 14.133, sancionada há 2 anos, veio para substituir a famosa 8.666. Deveria ser a única referência para o tema desde o dia 1º de abril. Mas, o presidente Lula prorrogou a validade da anterior até dezembro. Então, até lá, as duas leis estão coexistindo cabendo ao gestor público optar por qual adotar.

Tempo maior de vigência dos contratos

Uma das diferenças entre a lei mais recente e a anterior é a previsão de tempo de contrato entre as empresas e o Poder Público. Foi ampliado de 5 para 10 anos o prazo permitido para a prestação de serviço. "Na minha avaliação, isso é positivo para as empresas e para o Estado. As empresas, com essa margem maior de tempo, ganham mais segurança financeira e poderão até oferecer preços mais baixos. E o Poder Público poderá ter mais estabilidade nas prestações de serviço, com menos interrupções e licitações emergenciais", aponta Costa Couto.

SCS: Aprovação de lei era pleito antigo do setor empresarial

Mariana Lins



A aprovação do projeto de lei que trata sobre a extensão de uso do Setor Comercial Sul foi muito comemorada pelas entidades que representam o comércio em Brasília. Pleito antigo do segmento, a medida permitirá de forma mais ágil atrair empresas para a região. A proposta contempla novos usos comerciais e de prestação de serviços, que já constavam da minuta do PPCUB avaliada pelo IPHAN-DF, em dezembro de 2021. O projeto foi um dos que o ex-secretário de Desenvolvimento Urbano Mateus Oliveira (**foto**) deixou bem encaminhado antes de sair do GDF.

"Coração de Brasília volta a pulsar"

Divulgação/Fecomércio



O representante da Fecomércio no Conplan Ovidio Maia foi relator do projeto no órgão, que teve de ser aprovado antes de seguir para a Câmara. "Trabalhei muito nesse projeto. O coração de Brasília voltará a pulsar. Estamos felizes com essa vitória em prol da revitalização do Setor Comercial Sul, que estava agonizando", disse à coluna Ovidio, que é presidente do Sindicato das Imobiliárias do DF.

Possibilidade residencial suspensa

Entre as novas atividades a serem permitidas estão faculdades, cursinhos e empresas de TI. O texto não tratou sobre a possibilidade de uso residencial. Nessa parte, o Iphan apontou ressalvas, e, por enquanto, está suspensa.

TABAGISMO / Apesar de ter a venda proibida no Brasil, o consumo tem se tornado mais comum entre os jovens. Segundo especialistas, o uso dos dispositivos faz mal à saúde, podendo causar alguns tipos de câncer

A onda ruim dos cigarros eletrônicos

» JÚLIA ELEUTÉRIO



O cigarro eletrônico invade os encontros sociais, principalmente entre os jovens. Também chamados de pods ou vape, a utilização dos dispositivos tem crescido no país, inclusive no Distrito Federal. Segundo especialistas, o uso faz mal à saúde e, apesar de muitos adolescentes e adultos terem consciência dos malefícios causados, continuam utilizando seja por diversão, por aceitação ou por substituição do cigarro comum. Vale ressaltar que os produtos eletrônicos têm venda proibida no Brasil, mas são facilmente encontrados nas portas de festas, baladas ou bares.

A estudante Paula Oliveira*, 21 anos, conheceu os cigarros eletrônicos na roda de amigos e decidiu experimentar há quatro anos. Com gosto e cheiro bons, a jovem adotou o hábito e, desde então, faz uso dos dispositivos nas idas a festas, bares e encontros com os colegas. "Nunca gostei de fumar outros tipos de cigarro, mas aderi ao vape. É algo mais social", comenta. Ela conta que a possibilidade de sabores e a praticidade são fatores que facilitam o uso. "Sei do mal que faz, mas procuro não extrapolar no uso dos pods", ressalta.

Substituindo o cigarro branco pelo eletrônico, a autônoma Priscila Silva*, 32 anos, começou a usar os pods para reduzir o vício no tabaco comum. "Eu fumava muito e vi no cigarro eletrônico uma saída para reduzir meu hábito", conta. No entanto, ela afirma que faz uso dos dispositivos com frequência. "Costumo fumar os pods no intervalo do trabalho, durante a rotina do dia a dia", destaca, acrescentando que pretende reduzir o uso.

Facilidade

Para o administrador Pedro Lima*, 26 anos, o hábito de usar os vapes começou pela praticidade. "Eu já fumava os narguilés, mas os pods ajudaram a aumentar a frequência pela facilidade de usar nas festas, principalmente", comenta. Ele conta que a família dele não gosta e nem aprova o uso dos cigarros eletrônicos pelo mal que causa à saúde. "Acabo fumando escondido e só entre amigos", enfatiza, completando que entende a preocupação dos pais.

A médica pneumologista do Hospital Santa Lúcia, Grasielle Santana, diz que há um aumento crescente de usuários de cigarro eletrônico, com incidência maior entre os jovens. "Com ideia inicial de ajudar a cessar o tabagismo, a indústria do tabaco acabou por ganhar mais adeptos ao hábito de fumar, o que foi uma perda imensa em uma luta de tantos anos contra o tabagismo", pontua.

Segundo a especialista, um dos fatores mais importantes que dificultam cortar o tabaco é a dependência de nicotina. "O cigarro eletrônico surgiu como uma forma de dependência maior a essa substância, por ter componente saborizado e com possibilidade de níveis de concentração a escolha do usuário", destaca a médica.

A pneumologista ressalta que é falsa a ideia de que o cigarro eletrônico não causa danos, pois além da nicotina, há também diversas outras substâncias nos dispositivos, inclusive algumas com potencial cancerígeno. "Alguns estudos de danos a curto prazo evidenciam lesão pulmonar secundária, mas esse dano pode ser ainda maior, com uso a longo prazo", avalia.

Com isso, a médica destaca que, em qualquer circunstância, a adesão ao uso do cigarro eletrônico é contra indicada. Entre as doenças mais comuns que podem ser causadas pelo uso de pods e vapes estão os cânceres de pulmão, de boca e de língua, além de bronquite, agudização de asma em quem tem e bronquiolite.

Comportamento

Especialista em comportamento juvenil e adulto, a psicóloga Lilian Nandes, avalia que os jovens costumam adotar comportamentos, buscando essa aceitação no meio em que vivem. "Um jovem inicia o hábito de fumar, geralmente reproduzindo o comportamento advindo de alguma figura com quem ele tenha qualquer contato, seja ele positivo ou negativo", destaca Lilian.

A psicóloga explica que, durante a adolescência, as pessoas estão em uma fase de autoconhecimento e de busca de identidade. "Isso faz com que nos permitamos experimentar atividades desconhecidas na tentativa de nos tornarmos parte de um determinado grupo", pontua. Segundo ela, os comportamentos costumam ser reforçados mediante um estímulo de recompensa, ou seja, quando os jovens percebem que são bem vistos fazendo uso de cigarros, eles tendem a permanecer com o hábito.

Venda proibida

No Brasil, a venda de cigarros eletrônicos é proibida, sendo considerada crime de contrabando e contra as relações de consumo previsto na Lei n. 8.137/1990. Ainda em 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a comercialização, a importação e a propaganda de cigarros eletrônicos no país. A decisão foi mantida pela agência reguladora em julho de 2022. No entanto, as vendas dos dispositivos continuam ocorrendo em portas de festas, baladas e bares, principalmente.

Em dezembro do ano passado, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) desencadeou uma operação para coibir a venda de cigarros eletrônicos em tabacarias do Sudoeste após uma denúncia anônima. As equipes apreenderam na ação cerca de 2 mil cigarros eletrônicos e aproximadamente 1 mil essências para os dispositivos.

***Nomes fictícios foram usados para manter em sigilo as identidades dos entrevistados**